

A opinião pública não existe **Pierre Bourdieu**

Bourdieu, Pierre. In: THIOLENT, Michel.

Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo : Polis, 1981. p. 137-151

"Digo que opinar é falar é que a opinião consiste em um discurso explicitamente pronunciado."

PLATÃO, Teeteto, 190 a.

Gostaria de precisar, em primeiro lugar, que meu propósito não é o de denunciar de maneira mecânica e fácil as sondagens de opinião. Se não há dúvida de que as sondagens de opinião não são o que se pretende levar a crer, também não são o que comumente se diz quando se pretende desmistificá-las. As sondagens podem trazer uma contribuição útil para a ciência social desde que tratadas de maneira rigorosa, isto é, com precauções especiais. Em outras palavras, não pretendo pôr em questão as pessoas que se ocupam com sondagens de opinião: elas desempenham um determinado ofício que, se não é redutível à pura e simples venda de produtos, nem por isso é totalmente identificável a uma pesquisa científica propriamente dita.

Após este preâmbulo, gostaria de enunciar os postulados que convém pôr em questão para chegar a uma análise rigorosa e fundada das sondagens de opinião.

Estes postulados são de três ordens:

- Primeiramente, toda pesquisa de opinião supõe que todo mundo pode ter uma opinião; ou, em outras palavras, que a produção de uma opinião está ao alcance de todos. Correndo o risco de ferir um sentimento ingenuamente democrático, contestarei este primeiro postulado.

- Segundo postulado: supõe-se que todas as opiniões se equivalem: penso ser possível demonstrar que isto é absolutamente falso e que o fato de acumular opiniões que não têm absolutamente a mesma força real leva a uma distorção muito profunda.

- Terceiro postulado implícito: no simples fato de fazer a mesma pergunta para todo mundo acha-se implícita a hipótese de que existe um consenso sobre os problemas, em outras palavras, de que existe um acordo sobre as perguntas que merecem ser feitas.

Estes três postulados implicam, parece-me, toda uma série de distorções observadas mesmo quando todas as condições do rigor metodológico são obedecidas na coleta e na análise dos dados.

Com muita frequência, fazem-se críticas técnicas às sondagens de opinião. Por exemplo, questiona-se a representatividade das amostras. Penso que no estado atual dos meios utilizados pelas agências de produção de sondagens, a objeção não é fundada. São também acusadas de fazerem perguntas distorcidas, ou melhor, de distorcerem as perguntas em sua formulação: isto já é mais verdadeiro e muitas vezes ocorre que se induza a resposta através da maneira de formular a pergunta. Assim, por exemplo, transgredindo o preceito elementar da construção de um questionário, que exige que se "abram possibilidades" para todas as respostas possíveis, omite-se, frequentemente, nas perguntas ou nas respostas propostas, uma das opções possíveis ou, ainda, propõe-se várias vezes a mesma opção com formulações diferentes. Exceto quando se fez uma pesquisa preparatória, nunca se está completamente seguro de se ter previsto todo o universo das respostas possíveis e apenas estas. Pode-se também prever muitas vezes a mesma resposta, e, se o acaso intervier, isto dá uma chance maior para a resposta proposta muitas vezes; ou ainda, entre as respostas previstas, pode-se omitir uma resposta possível particularmente importante e, por isso mesmo, retirar-lhe as probabilidades de aparecimento.

As problemáticas obrigatórias

Penso existirem distorções desse tipo e seria interessante interrogar-nos sobre as condições sociais de seu aparecimento. O sociólogo supõe que nada se deve ao acaso e que essas distorções têm explicação. Na maioria das vezes, elas resultam das condições nas quais trabalham as pessoas que produzem os questionários. Mas existem também outros obstáculos: existe o fato de as problemáticas fabricadas pelos institutos de sondagens de opinião serem subordinadas a uma demanda de tipo particular. Interrogar-se sobre os princípios geradores dessas problemáticas é perguntar quem pode pagar uma sondagem de opinião.

Tendo realizado a análise de uma grande pesquisa nacional sobre a opinião dos franceses a respeito do sistema de ensino, e contando com uma amostra espontânea de respostas suscitadas por um questionário divulgado no conjunto da imprensa francesa, quisemos controlar a validade de nossa amostra e levantamos, nos arquivos de um certo número de instituições de estudos, dentre as quais o IFOP, a SOFRES, etc., todas as perguntas relativas ao ensino. Isso nos mostrou que mais de duzentas perguntas sobre o sistema de ensino foram colocadas desde maio de 1968, contra menos de uma vintena entre 1960 e 1963. Isso significa que as problemáticas impostas a este tipo de organismo estão



Pierre Bourdieu (1930 - 2002)

profundamente ligadas à conjuntura e dominadas por um certo tipo de demanda social. Em outras palavras, os problemas que se colocam são problemas que se impõem como problemas políticos. A questão do ensino, por exemplo, só pode ser colocada por um instituto de opinião pública quando se torna um problema político. Vê-se imediatamente a diferença que separa essas instituições dos centros de pesquisas que criam suas problemáticas, se não num céu puro, pelo menos com uma distância muito maior em relação à demanda social em sua forma direta e imediata.

Uma análise estatística sumária das perguntas colocadas mostrou-nos que sua grande maioria estava diretamente ligada às preocupações políticas do "pessoal político". Se nos divertíssemos esta noite brincando de adivinhação e eu lhes pedisse para escreverem as cinco perguntas que lhes parecem as mais importantes em matéria de ensino, obteríamos seguramente uma lista muito diferente da que obtemos constatando as perguntas efetivamente colocadas pelas pesquisas de opinião. A pergunta: "É necessário introduzir a política nos colégios?" (ou variantes) foi colocada com muita freqüência, enquanto as perguntas: "É necessário modificar os programas?" ou "É necessário modificar o modo de transmissão dos conteúdos?" só foram colocadas raramente. Como também: "É necessário reciclar os professores?". São perguntas muito importantes, pelo menos numa outra perspectiva.

As funções da sondagem

As problemáticas propostas pelas sondagens de opinião são problemáticas interessadas. Toda problemática é interessada, mas, no caso particular, os interesses que sustentam essas problemáticas são interesses políticos e isto exerce um grande controle, simultaneamente, sobre a significação das respostas e sobre a significação dada à publicação das respostas. A sondagem de opinião, no contexto atual, é um instrumento de ação política; sua função mais importante consiste talvez em impor a ilusão de que existe uma opinião pública como pura adição de opiniões individuais; em impor a idéia de que, por exemplo, numa sala como esta, existe uma opinião pública, algo que seria como que a média das opiniões ou a opinião média. A "opinião pública" manifestada nas primeiras páginas dos jornais sob a forma de porcentagens (60% dos franceses são favoráveis a ...), esta opinião pública é um artefato puro e simples, cuja função é dissimular que o estado da opinião num certo momento é um sistema de forças, de tensões, e que não existe nada mais inadequado para representar o estado da opinião do que uma porcentagem.

Sabe-se que as relações de força nunca se reduzem a relações de força: todo exercício da força é acompanhado por um discurso que visa legitimar a força de quem a exerce; pode-se mesmo dizer que é próprio de toda relação de forças dissimular-se como relação de força e de só ter toda sua força na medida que ela se dissimula como tal. Em suma, para falar simplesmente, o homem político é aquele que diz: "Deus está conosco". O equivalente de "Deus está conosco" é, hoje em dia, "a opinião pública está conosco".

O efeito fundamental da pesquisa de opinião é o seguinte: a idéia de que existe uma opinião pública unânime é constituída para legitimar uma política e reforçar as relações de força que a fundam ou a tornam possível.

As não-respostas

Tendo dito no começo o que gostaria de dizer no fim, vou tentar indicar muito rapidamente quais as operações pelas quais este efeito de consenso é produzido. A primeira operação, que tem como ponto de partida o postulado segundo o qual todo mundo deve ter uma opinião, consiste em ignorar as não-respostas. De algum tempo para cá, em lugar de dizer: "50% dos franceses são a favor da supressão das estradas de ferro", os jornais dizem: "50% dos franceses são a favor, 40% são contra e 10% não têm opinião". Mas isto não basta. Por exemplo, pergunta-se às pessoas: "Vocês são favoráveis ao governo Pompidou?" Registram-se 30% de não-respostas, 20% de sim, 50% de não. Pode-se dizer: a parcela das pessoas desfavoráveis é superior à parcela das pessoas favoráveis e, além disso, existe este resíduo de 300/0. Pode-se também recalcular os favoráveis e os desfavoráveis excluindo as não-respostas. Esta simples escolha é uma operação teórica de uma importância fantástica, sobre a qual gostaria de refletir com vocês.

Eliminar as não-respostas é fazer o que se faz numa consulta eleitoral em que existem votos brancos ou nulos; é impor à pesquisa de opinião a filosofia implícita da pesquisa eleitoral. Se se olhar mais de perto, observa-se que a taxa das não-respostas é, de modo geral, mais elevada entre as mulheres do que entre os homens, que a diferença entre as mulheres e os homens é maior quanto mais os problemas colocados são de ordem propriamente política, a tal ponto que, numa lista de perguntas variadas, para determinar se uma pergunta podia ou não ser considerada como política bastou-nos avaliar em seguida a importância da diferença das não-respostas entre homens e mulheres. Outro indicador: quanto mais uma pergunta se refere a problemas de saber, de conhecimento, maior é a diferença entre as não-respostas das pessoas mais instruídas e das menos instruídas. Outra observação: quando as perguntas dizem respeito a problemas éticos, a diferença das não-respostas entre as classes sociais é fraca (exemplo: "Deve-se ser severo com as crianças?"). Outra observação: quanto mais uma pergunta coloca problemas conflituosos, refere-se a um núcleo de contradições (p" exemplo, uma pergunta sobre a situação na Tchecoslováquia para as pessoas de voto comunista) e é geradora de tensões para uma categoria determinada, mais as não-respostas são freqüentes nesta categoria. Em outras palavras, a simples análise estatística das não-respostas traz uma informação sobre o que significa a pergunta e também sobre a categoria considerada, sendo esta última definida tanto pela probabilidade que lhe é atribuída de ter uma opinião quanto pela probabilidade condicional de ter uma opinião favorável ou desfavorável.

A imposição de problemática

A análise científica das sondagens de opinião mostra que, praticamente, não existem problemas que se apresentem de igual modo para todos; não existem perguntas que não sejam reinterpretadas em função dos interesses

ou dos não-interesses das pessoas para as quais são colocadas, sendo o primeiro imperativo perguntar-se a que pergunta as diferentes categorias de consultados acreditaram responder. Um dos efeitos mais perniciosos da pesquisa de opinião consiste precisamente em ordenar que as pessoas respondam a perguntas que não se colocaram ou, ainda, que respondam a uma pergunta diferente da pergunta colocada, sendo que a interpretação apenas registra o mal-entendido.

Eu dizia ao começar, que as sondagens de opinião podiam ser reutilizadas cientificamente: mas isto supõe precauções excluídas pelas condições sociais nas quais trabalham os institutos de pesquisa. Os jornalistas que querem coisas simples simplificam os dados já simplificados que lhes foram comunicados e, quando chega ao público, o resultado é: "50% dos franceses são a favor da supressão das estradas de ferro". Uma interpretação rigorosa da sondagem de opinião suporia um questionamento epistemológico de cada uma das perguntas colocadas, mais ainda, sobre o sistema das perguntas colocadas; a análise do sistema completo das respostas é a única que pode permitir responder à questão de saber a que pergunta as pessoas responderam.

Quer sejam perguntas que girem em torno dos problemas de moral, quer se trate de perguntas sobre a severidade dos pais, das relações entre os professores e os alunos, da pedagogia diretiva ou não-diretiva, etc., problemas que são mais percebidos como problemas éticos quanto mais se desce na hierarquia social, mas que podem ser problemas políticos para as classes superiores, um dos efeitos de distorção da pesquisa consiste em transformar respostas éticas em respostas políticas pelo simples efeito de imposição de problemática.

Os dois princípios da produção de opiniões

De fato, existem muitos princípios a partir dos quais se pode engendrar uma resposta. Existe, em primeiro lugar, o que se pode chamar de competência política por referência a uma definição ao mesmo tempo arbitraria e legítima, isto é, dominante e dissimulada como tal, da política. Esta competência política não é universalmente disseminada. Ela varia grosso modo com o nível de instrução. Em outras palavras, a probabilidade de ter uma opinião sobre todas as questões que supõem um saber político é bastante comparável à probabilidade de ir ao museu; isto significa que ela é função do nível de instrução. Observam-se variações fantásticas: ali onde um determinado estudante engajado num movimento esquerdista percebe quarenta e cinco divisões à esquerda do P.S.U.¹, para um quadro médio não existe nada. Numa eleição, pensa-se sempre na escala política, extrema-esquerda, esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita, direita, extrema-direita, etc. Um dos fatos importantes que um teste por nós experimentado faz aparecer é o de que tudo se passa como se as diversas categorias sociais utilizassem de modo muito diferente esta escala que as pesquisas de "ciência política" empregam como sendo óbvia. Determinadas categorias sociais utilizam intensamente um cantinho da extrema-esquerda; outras utilizam unicamente o centro, outras utilizam toda a escala; finalmente uma eleição é a agregação de espaços totalmente diferentes; adicionam-se pessoas que medem em centímetros a pessoas que medem em quilômetros, ou melhor, pessoas que dão notas de 0 a 20 e pessoas que dão notas entre 9 e 11. A competência se mede, entre outras coisas, pelo grau de acuidade de percepção (é a mesma coisa na estética, alguns podem distinguir as cinco ou seis fases sucessivas de um único pintor). Esta comparação pode ser levada mais longe. Do mesmo modo que para a percepção estética, existe em primeiro lugar uma condição permissiva: é preciso que as pessoas pensem a obra de arte como uma obra de arte; em seguida, tendo percebido como obra de arte, é preciso que elas tenham categorias de percepção para construí-la, estruturá-la, etc.

Suponhamos uma pergunta formulada assim: "Você é a favor de uma educação diretiva ou de uma educação não-diretiva?" Ela pode ser constituída como política: a representação da relação pais e filhos integra-se numa visão sistemática da sociedade. Pode ser constituída como política por alguns; para outros é puramente uma questão de moral. No questionário do qual lhes falei, perguntamos às pessoas: "Para você é ou não político fazer greve, usar cabelos compridos, participar de um festival pop, etc.?" Isto para ver como as pessoas utilizam esta dicotomia; evidentemente observam-se variações muito grandes segundo as classes sociais.

A primeira condição é, então, ser capaz de constituir uma questão como política; a segunda, tendo-a constituído como política, é de ser capaz de aplicar-lhe categorias propriamente políticas que podem ser mais ou menos adequadas, mais ou menos refinadas, etc. Estas são as condições específicas de produção das opiniões, as que a pesquisa de opinião supõe universal e uniformemente preenchidas com o primeiro postulado, segundo o qual todo mundo pode produzir uma opinião.

Segundo princípio a partir do qual as pessoas podem produzir uma opinião: o que chamo o "ethos de classe" (para não dizer "ética de classe"), isto é, um sistema de valores implícitos que as pessoas interiorizaram desde a infância e a partir do qual engendram respostas para problemas extremamente diferentes. Dou um exemplo: penso que as opiniões que as pessoas podem trocar na saída de uma partida de futebol entre Roubaix e Valenciennes devem uma grande parte de sua coerência, de sua lógica, ao ethos de classe. É provável que juízos como: "Foi um belo jogo, mas muito duro", ou, "Foi eficaz, mas não foi bonito" e que parecem ser coisas arbitrárias, como os gostos e as cores, são de fato engendrados a partir de um princípio totalmente sistemático que é o ethos de classe.

¹ PSU: Partido Socialista Unificado (PSU). Partido político francês de esquerda (não-marxista) fundado em 1960. A legenda se auto-dissolveu em 1989.

O desvio de sentido

Uma multidão de respostas consideradas como respostas políticas são, na realidade, produzidas a partir do ethos de classe e concomitantemente podem revestir uma significação totalmente distinta quando interpretadas no terreno político. Vou ilustrar minhas palavras e verão que o que acabo de dizer está longe de ser abstrato e irreal. Devo fazer referência a uma tradição sociológica, difundida principalmente entre certos sociólogos da política nos Estados Unidos que falam muito comumente de um conservadorismo e de um autoritarismo das classes populares. Essas teses estão fundadas na comparação internacional de resultados de pesquisas ou de eleições que tendem a mostrar que cada vez que as classes populares, em qualquer país, são interrogadas sobre problemas concernentes às relações de autoridade, a liberdade individual, à liberdade de imprensa, etc., dão respostas mais autoritárias do que as outras classes; e daí se conclui globalmente que existe um conflito entre os valores democráticos (para o autor no qual estou pensando, Lipset, trata-se dos valores democráticos americanos) e os valores que as classes populares interiorizaram, valores de tipo autoritário e repressivo. Daí se tira uma espécie de Visão escatológica: elevemos o nível de vida, elevemos o nível de instrução e, visto que a propensão à repressão, ao dirigismo, etc., está ligada as baixas rendas, aos baixos níveis de instrução, etc., produziremos bons cidadãos da democracia americana; não teremos mais estes partidos comunistas, como se encontram na Itália e na França. A meu ver, o que esta em questão é a significação das respostas a determinadas perguntas. Suponhamos um conjunto de perguntas do seguinte tipo: Você é favorável à igualdade dos sexos? Você é favorável à liberdade sexual dos cônjuges: "Você é favorável a uma educação não repressiva? Você é favorável à nova sociedade? etc. Suponhamos outras perguntas do tipo: Os professores devem fazer greve quando sua situação é ameaçada? Os professores devem ser solidários com os outros funcionários nos períodos de conflito social? etc. Esses dois conjuntos de perguntas dão respostas de estrutura estritamente inversa em relação à classe social: o primeiro conjunto de perguntas que concerne um determinado tipo de inovação nas relações sociais, digamos, na forma simbólica das relações sociais, suscita respostas mais favoráveis quanto mais se sobe na hierarquia social e na hierarquia do nível de instrução; inversamente, as perguntas relativas às transformações reais das relações de força entre as classes suscitam respostas cada vez mais desfavoráveis à medida que se sobe na hierarquia social.

Em suma, a proposição: "As classes populares são repressivas não é verdadeira nem falsa. E verdadeira na medida que, para todo conjunto de problemas, como os problemas de moral das relações entre os pais e os filhos ou entre os sexos, as classes populares tendem a ter uma representação muito mais rigorista, muito mais autoritária do que as outras classes sociais. Sobre os problemas de estrutura política, que põem em jogo a conservação ou a transformação da ordem social, não mais apenas a conservação ou a transformação dos modos de relação entre os indivíduos, as classes populares são muito mais favoráveis a uma inovação, isto é, a uma transformação das estruturas sociais. Vocês podem ver como determinados problemas colocados em maio de 1968, e freqüentemente mal colocados, no conflito entre o Partido Comunista e os esquerdistas, ligam-se bem diretamente ao problema central que tentei colocar esta noite, o da natureza das respostas que as pessoas dão para as perguntas colocadas, isto é, do princípio a partir do qual elas produzem respostas. A oposição que fiz entre esses dois grupos de perguntas se reduz, na verdade, à oposição entre dois princípios de produção das opiniões: um princípio propriamente político e um princípio ético, sendo o problema do conservadorismo das classes populares o produto da ignorância desta distinção. Assim, o que chamei de efeito de imposição de problemática, efeito exercido por toda pesquisa de opinião e por toda interrogação política (a começar pela eleitoral), resulta do fato de que as perguntas colocadas numa pesquisa de opinião não são perguntas que se colocam realmente a todas as pessoas interrogadas e que as respostas não são interpretadas em função da problemática em relação à qual as diferentes categorias de consultados responderam efetivamente. Assim, a problemática dominante da qual a lista das perguntas colocadas nestes dois anos pelos institutos de sondagem fornece uma imagem, isto é, a problemática que interessa essencialmente às pessoas que detêm o poder e que pretendem estar informadas sobre os meios de organizar sua ação política, é desigualmente dominada pelas diferentes classes sociais e, isto é importante, as diferentes classes sociais são mais ou menos aptas a produzir uma contra-problemática. A propósito do debate televisionado entre Servan-Schreiber e Giscard d'Estaing, um instituto de sondagens de opinião tinha colocado perguntas do tipo: "O sucesso é função dos dons, da inteligência, do trabalho, do mérito?" As respostas recolhidas nada revelavam sobre a verdade objetiva, mas respondiam à pergunta: "Em que grau as diferentes classes sociais têm consciência das leis objetivas segundo as quais se transmite o capital cultural?" Pode-se dizer em geral que a inconsciência dessas leis cresce à medida que se desce na hierarquia social e, no contexto atual, as classes estão particularmente misticadas pelo sistema escolar. Compreende-se porque a adesão ao mito do dom, a adesão ao mito da ascensão pela escola, da justiça escolar, da equidade da distribuição dos postos em função dos títulos, etc., é muito forte entre as classes populares. Não existe contra-problemática: ela pode existir para alguns intelectuais, mas não tem força social, embora tenha sido retomada por um certo número de partidos, de grupos, etc. As classes populares não têm, então, consciência da verdade dos mecanismos e não podem produzir essa contra-problemática; todo o conjunto das condições sociais impede até mesmo sua difusão. Isto significa, em linhas gerais, que não baste que um partido coloque em seu programa a luta contra a transmissão hereditária do capital cultural: "a verdade científica" está submetida às mesmas leis de difusão que a ideologia. Uma proposição científica do tipo: "O capital cultural é transmitido pela escola e pela família", é como uma bula papal sobre o controle de natalidade que só prega para os convertidos. Isto se difunde

segundo determinadas leis; a probabilidade de ser aceito por alguns e recusado por outros pode ser determinada sociologicamente.

A opinião mobilizada

Associa-se a idéia de objetividade numa pesquisa de opinião ao fato de colocar a pergunta nos termos mais neutros a fim de dar todas as chances para todas as respostas. Na realidade, pode-se colocar a questão de saber se uma pesquisa de opinião perfeitamente rigorosa não seria aquela que transgrediria mais completamente os imperativos da neutralidade e da objetividade científica, que, em lugar de dizer, por exemplo: "Existem pessoas favoráveis ao controle da natalidade e outras que são desfavoráveis; e você?...?", enunciaria uma série de tomadas de posição explícitas de grupos autorizados a constituir as opiniões e difundi-las, de modo que as pessoas pudessem situar-se não em relação a uma pergunta diante da qual deveriam inventar não apenas a resposta, mas também a problemática, mas em relação a problemáticas e respostas já constituídas. Em outras palavras, a pesquisa de opinião estaria mais próxima da realidade se as regras da objetividade fossem completamente transgredidas e se fossem dados às pessoas os meios de situar-se como elas realmente se situam na prática real, isto é, em relação a opiniões já formuladas. Levanto a hipótese de que, num momento determinado, a respeito de um problema como o do ensino, todas as possibilidades estão previstas. Isto significa que uma análise de conteúdo da imprensa, da imprensa sindical, da imprensa política, etc., leva a desenhar uma espécie de mapa das posições previstas. Alguém que propõe uma posição que não está prevista no mapa é visto como eclético ou incoerente. Toda opinião está situada objetivamente em relação a uma série de posições já marcadas. Diz-se comumente "uma tomada de posição"; é preciso tomar a palavra no sentido forte; existem posições que já estão previstas e são tomadas. Mas não são tomadas ao acaso. Tomam-se as posições que se está predisposto a tomar em função da posição que se ocupa num determinado campo. Por exemplo, no campo intelectual, num determinado momento, pode-se dizer que a cada indivíduo é atribuída uma determinada probabilidade de tomar esta posição mais do que aquela. Evidentemente, existe uma pequena margem de liberdade, mas existem posições que se propõem com maior ou menor urgência e uma análise rigorosa das ideologias visa a explicar as relações entre a estrutura das tomadas de posição a serem tomadas e a estrutura do campo das posições objetivamente ocupadas.

Chego assim ao problema do valor prenunciativo das pesquisas de opinião. Sabe-se que as pesquisas de opinião, salvo alguns acidentes como o da campanha inglesa, etc., têm um grande poder de previsão quando se trata de consultas eleitorais, mas sabe-se também que as pesquisas de opinião parecem ter fracassado quando se confronta o que elas diziam com o que aconteceu quando sobreveio uma crise no meio tempo. Em outras palavras, as pesquisas de opinião captam bastante bem a estrutura das opiniões num dado momento, em situação de equilíbrio, mas captam muito mal os estados virtuais da opinião e, mais exatamente, os movimentos da opinião; isto por captarem as opiniões numa situação que não é a real, segundo a qual as opiniões se constituem, e por apreenderem as opiniões e não as disposições duráveis das quais são o produto. Existe, na verdade, uma defasagem considerável entre as opiniões que as pessoas produzem numa situação artificial, como a da pesquisa, e a que elas produzem numa situação mais próxima das situações da vida cotidiana nas quais se confrontam e se confirmam as opiniões, tais como as conversas entre pessoas do mesmo meio, etc. Assim, numa experiência psicológica, faz-se um certo número de pessoas enunciar opinião sobre o comprimento comparado de dois pedaços de ferro iguais. Conchava-se com nove entre dez pessoas para dizerem que os pedaços de ferro não são totalmente iguais. Pergunta-se de novo e a décima começa a dizer que acreditava que eram iguais no início, mas que, de fato, não são totalmente iguais, etc. A situação na qual se constitui a opinião, em particular nas situações de crise, é desse tipo; isto significa que as pessoas estão diante de opiniões constituídas, de opiniões sustentadas por grupos, opiniões entre as quais é preciso escolher porque é preciso escolher entre grupos. Este é o princípio do efeito de politização que a crise produz: é preciso escolher entre grupos que se definem politicamente e definir cada vez mais tomadas de posição em função de princípios explicitamente políticos. De fato, o que me parece importante é que a pesquisa de opinião trata a opinião pública como uma simples soma de opiniões individuais que seriam recolhidas numa situação que é, no fundo, a da cabine eleitoral, onde o indivíduo vai furtivamente. Esta concepção da opinião pública ignora que as relações entre opiniões são conflitos de força. Tomar posição sobre tal ou qual problema é escolher entre grupos reais e, simultaneamente, o terceiro postulado, ou seja, que todas as opiniões se equivalem, é totalmente desprovido de fundamento.

Uma outra lei se depreende de nossas análises: tem-se mais opiniões sobre um problema quanto mais se está interessado neste problema, isto é, quando se tem interesse nesse problema. Por exemplo, sobre o sistema de ensino, a taxa de respostas está muito intimamente ligada ao grau de proximidade em relação ao sistema de ensino, seja enquanto agente, professor, etc., seja enquanto pai de aluno, ou enquanto ex-aluno, ou enquanto empregador, e a probabilidade de ter uma opinião varia em função da probabilidade de ter poder sobre aquilo a propósito do que se tem uma opinião. A opinião mobilizada é a opinião das pessoas cuja opinião tem peso, como se diz. Se um ministro da Educação agisse em função de uma sondagem de opinião (ou pelo menos a partir de uma leitura superficial da sondagem), ele não faria o que faz quando age realmente como um homem político, isto é, a partir dos telefonemas que recebe, da visita do diretor da Escola Normal Superior, de tal decano, etc. De fato ele age muito mais em função dessas forças de opinião realmente constituídas, que só afloram à sua percepção na medida que têm força e na medida em que têm força porque estão mobilizadas.

Disposições e opiniões

Tratando-se de prever, por exemplo, o que será a Universidade nos próximos dez anos, penso que a opinião mobilizada é o essencial; mas, ao mesmo tempo, um certo tipo de leitura das pesquisas de opinião permite desvendar algo que ainda não existe no estado de opinião e que pode emergir brutalmente na crise. Algo que não existe como opinião, se com isso se compreende um conjunto de proposições que se formulam num discurso com pretensão de coerência. Será que as pessoas que não respondem ou que dizem não ter opinião realmente não têm opinião? Penso que levar a sério as não-respostas é levar a sério o fato de que as disposições de determinadas categorias não podem aceder à qualidade de opinião, isto é, de discurso constituído com pretensões a ser coerente, compreendido, impor-se, etc. Em situações de crise, nas quais as opiniões constituídas se manifestarão, as pessoas que não tinham nenhuma opinião não escolherão ao acaso: se o problema estiver politicamente constituído para elas (problema de salário, de ritmo de trabalho para os operários), elas escolherão em termos de competência política; se se tratar de um problema que não está constituído politicamente para elas (repressão nas relações no interior da empresa) ou se estiver em vias de constituição, elas escolherão em nome de um princípio chamado de instinto de classe, mas que nada tem a ver com um instinto: é um sistema de disposições profundamente inconsciente que é o princípio de uma multidão de escolhas em domínios extremamente diferentes, desde a estética até as escolhas econômicas cotidianas. A pesquisa de opinião tradicional produz este efeito excêntrico que consiste em destruir ao mesmo tempo o estudo dos grupos de pressão em matéria de opinião e, por outro lado, o estudo das disposições virtuais que podem não se exprimir sob forma de discurso explícito. Por isso a pesquisa de opinião, tal como é utilizada atualmente, é incapaz de gerar a menor previsão razoável sobre o que ocorreria em situação de crise.

A sondagem e a eleição

Suponhamos um problema como o do sistema de ensino. Pode-se perguntar: "O que você pensa da política de Edgar Faure?" É uma pergunta bem próxima de uma pesquisa eleitoral, no sentido de que à noite todos os gatos são pardos: todo mundo está de acordo, grosso modo, sem saber sobre o quê; sabe-se o que significava o voto por unanimidade da Lei Faure na Assembléia Nacional. Pergunta-se em seguida: "Você é favorável à introdução da política nos colégios?" Observa-se aí uma clivagem muito nítida; mas, apesar de tudo, no interior das classes superiores é mais complicado; as frações intelectuais dessas classes são antes favoráveis, embora com reservas mentais. Seja em seguida feita uma questão do tipo: "Os professores podem fazer greve?", e as respostas se clivam de maneira brutal. No caso das classes populares existe uma espécie de transferência da competência política específica e sabe-se o que responder. Pode-se ainda perguntar: "É necessário transformar os programas? Você é favorável ao controle contínuo? Você é favorável à introdução dos pais dos alunos nos conselhos de professores? Você é favorável à supressão da agrégation (concurso superior para professores)? etc." Sob a pergunta "você é favorável a Edgar Faure?" existiam todas essas perguntas e as pessoas tomaram posição de uma só vez sobre o que um bom questionário só poderia apreender empregando pelo menos sessenta perguntas. A propósito das quais observaria variações em todos os sentidos. Num caso, as opiniões estariam positivamente ligadas à posição na hierarquia social, no outro, negativamente, e, em outros casos, um pouco, ou melhor, até um certo ponto, ou mesmo que não estariam de modo algum. Portanto, quando se faz uma pergunta como: "Você é favorável a Edgar Faure?", acumulam-se fenômenos ligados de maneiras muito diferentes à classe social. Coisa interessante: os especialistas em sociologia política observam que a relação habitualmente observada, em quase todos os domínios da prática social, entre a classe social e as práticas e as opiniões, etc., é muito fraca quando se trata de fenômenos eleitorais, a tal ponto que alguns não hesitam em concluir que não existe nenhuma relação entre a classe social e o fato de votar na direita ou na esquerda.

Na realidade, se vocês têm presente o que acabo de dizer, ou seja, que uma consulta eleitoral coloca numa só pergunta sincrética o que só poderia ser captado razoavelmente em duzentas perguntas; se vocês têm presente que uns medem em centímetros, outros em quilômetros, e tantas outras dificuldades, vocês concluirão que a ação do voto está condenada ao acaso e que talvez seja preciso colocar ao contrário a questão tradicional da relação entre o voto e a classe social: como se dá que, apesar de tudo, exista uma relação, mesmo que fraca? Como se dá que não se tenha simplesmente uma curva de Gauss? Existe uma elasticidade muito grande das opiniões eleitorais: a opinião que se exprime num voto é definida essencialmente de modo negativo; existem barreiras, isto é, pontos além dos quais não se pode ir, mas, nos limites assim definidos, as vozes passeiam. Tanto mais que a estratégia das campanhas eleitorais consiste em colocar mal as questões e em jogar ao máximo com a dissimulação das clivagens para ganhar os votos flutuantes. Tudo isso leva também a se perguntar qual a função do sistema eleitoral e qual a função da pesquisa de opinião que tem as mesmas propriedades que o sistema eleitoral. Para dizer as coisas de modo bem grosseiro, penso que o sistema eleitoral é um instrumento que por sua própria lógica tende a atenuar os conflitos e as clivagens e que, por isso, tende naturalmente a favorecer a conservação. Pode-se perguntar o que se faz quando se aceita servir-se deste instrumento. Pode-se tirar a conclusão, por exemplo, de que não se sabia que era, assim que é preciso continuar a servir-se dele, etc. Um partido revolucionário que quer aumentar sua força no contexto das relações de forças pode, a partir desta análise, assumir como estratégia principal fornecer contra problemáticas, utilizar sistematicamente o procedimento empregado espontaneamente há gerações, isto é, a contra-estratégia "bonnet blanc, blanc bonnet" ("tanto faz como fez") como recusa da problemática. O problema, para um partido que definiu seus objetivos, não é o de fornecer respostas, mas sim fornecer às pessoas os meios de serem os produtores, não de suas respostas, mas de suas

questões e de serem, ao mesmo tempo, os produtores de instrumentos de defesa contra as questões que lhes são impostas pelo simples fato de não terem outras.

Numa outra perspectiva, poder-se-á concluir que, do mesmo modo que para estimular as pessoas a irem ao museu é preciso ensinar-lhes um certo número de coisas na escola, assim também, se se quer que o jogo eleitoral seja menos absurdo, é preciso que a defasagem entre os postulados implícitos do sistema eleitoral e a realidade seja tão pequena quanto possível; em outras palavras, será preciso, por exemplo, que as pessoas tenham os meios de produção das opiniões; será preciso, então, dar-lhes o meio de apropriar-se deles. Isto quer dizer que desde a escola primária será preciso dar uma verdadeira educação política.

Pode-se dizer também: Eu não quero participar do jogo eleitoral porque, no estado atual da estrutura da sociedade, no estado atual da distribuição do capital cultural, o que eu disse há pouco ser um dos fatores que definem a aptidão de produzir opiniões, etc., é completamente ilusório que se possa chegar a uma igualdade diante das urnas. Pode-se concluir daí que só as minorias atuantes são capazes de mobilizar a opinião. Pode-se tirar daí todas essas conclusões, muito diferentes sem serem exclusivas. O que é certo é que, estudando o funcionamento da sondagem de opinião, pode-se ter uma idéia da maneira pela qual funciona esse tipo particular de pesquisa que é a pesquisa eleitoral e do efeito que ela produz.

Em suma, eu quis dizer que a opinião pública não existe, pelo menos na forma que lhe atribuem os que têm interesse em afirmar sua existência. Disse que havia, por um lado, opiniões mobilizadas, opiniões constituídas, grupos de pressão mobilizados em torno de um sistema de interesses; e, por outro lado, disposições, isto é, a opinião no estado implícito, que, por definição, não é opinião se com isso se compreende algo que pode ser formulado em discurso com uma certa pretensão à coerência. A definição de opinião/que levei em conta é a definição que se realiza em estado implícito nas pesquisas de opinião. Não é minha opinião sobre a opinião. É simplesmente a explicação da definição de opinião que as pessoas que produzem sondagens de opinião realizam pedindo às pessoas para formularem opiniões ou para tomarem posição sobre opiniões formuladas. Digo simplesmente que a opinião, no sentido da definição social implicitamente admitida pelos que fazem sondagens de opinião ou pelos que utilizam os resultados das sondagens de opinião, não existe.

(Extraído de Les Temp Modemes, nº 318, jan. 1973, p. 1292-1304.) Trad. de RUTH JOFFILY DIAS.